



O Primeiro-Ministro

Discurso Proferido por Sua Excelência, o Primeiro-Ministro, José Maria Neves, durante a abertura do Fórum Reforma do Estado e Competitividade

Senhora. Ministra da Reforma do Estado e da Defesa Nacional,
Senhora. Ministra da Economia, Crescimento e Competitividade,
Senhora. Ministra da Justiça,
Senhores. Secretários de Estado da Administração Pública e da Economia,
Senhora Representante do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde,
Senhoras e senhores embaixadores e representantes dos organismos internacionais,
Senhor. Coordenador da Unidade de Coordenação da Reforma do Estado,
Senhores. Representantes dos partidos políticos,
Senhoras e Senhores deputados,
Senhoras e senhores empresários,
Caros convidados, minhas senhoras e meus senhores.

Desde a primeira legislatura, decidi integrar na estrutura do Governo um ministério para a reforma do Estado. Para mim esta era uma dimensão fundamental no processo de transformação de Cabo Verde, reconceituar o Estado.

Um Estado para um país pequeno e arquipélago, um Estado que deve ser estratega, regulador e portador de uma visão de desenvolvimento. Um Estado que promove e defende os direitos, liberdade e garantias dos cidadãos. Um Estado que promove as liberdades económicas, defende o direito à propriedade, promove as iniciativas individuais e a densificação do sector privado, um Estado que promove fortes investimentos sociais.

Por isso, no âmbito da reconceituação do Estado, seria sempre necessária uma reforma para modernizar o Estado e criar uma nova dinâmica de relacionamento entre esse mesmo Estado, os cidadãos e as empresas. Falamos sempre de um Estado portador de uma visão de desenvolvimento e é inquestionável que em Cabo Verde, neste momento, há uma visão e um rumo. Estamos a construir um Estado moderno, competitivo, com coesão social e qualidade ambiental. Estamos a transformar Cabo Verde num centro internacional de serviços no turismo, transportes aéreos e marítimos, finanças, tecnologias informacionais, o “cluster” do mar, estamos a transformar as vantagens comparativas em fontes de vantagens competitivas.

A competitividade, já dizia Michael Porter, tem a ver, fundamentalmente, com a produtividade. Geralmente, de forma simplista, relacionamos a competitividade com incentivos fiscais, com baixos salários e, nesse caso, os países nórdicos seriam, com certeza, os países menos competitivos do mundo.

A competitividade tem a ver com a produtividade, o valor que se acrescenta ao capital e ao trabalho, e à qualidade. As flores da Holanda são mais competitivas que as flores produzidas na Bolívia ou na Colômbia, pagando as empresas holandesas mais impostos e salários muito mais elevados. Apostaram, fundamentalmente na produtividade e na qualidade da sua produção.

Em Cabo Verde, para construirmos factores de competitividade da nossa economia, teríamos de modernizar as nossas infra-estruturas e aqui todas as infra-estruturas: água e saneamento, como estamos a fazer um pouco por todas as ilhas de Cabo Verde. São fortes investimentos no saneamento básico, recolha e tratamento dos resíduos líquidos e reutilização das águas residuais: São Vicente está na quarta fase, a cidade da Praia na terceira fase, vamos arrancar com as obras para um sistema de recolha e tratamento das águas residuais na Assomada. As obras na vila de Calheta de São Miguel já começaram, já inauguramos o sistema de recolha e tratamento das águas residuais de Pedra Badejo em Santa Cruz e do Tarrafal de Santiago e já inauguramos o sistema de Santa Maria no Sal e, também, o sistema de abastecimento de água da ilha da Boavista.

Estamos a mobilizar recursos importantes para continuarmos a investir no domínio da água e do saneamento, mas também em outras infra-estruturas como as telecomunicações, as energias, estradas, portos e aeroportos. Vejam a importância, por exemplo, do aeroporto da Boavista para a competitividade da ilha, ou a importância da estrada Janela Porto Novo para o desenvolvimento da ilha de Santo Antão.

Para além da modernização das infra-estruturas, temos de investir fortemente no desenvolvimento do capital humano, e aqui os investimentos realizados são extraordinariamente importantes. Temos mais escolas, mais liceus, temos a Universidade de Cabo Verde, as universidades privadas, criando um sistema de ensino superior em Cabo Verde. As universidades cabo-verdianas, felizmente, todas elas, têm uma visão muito clara do seu papel enquanto espaços fundamentais de investigação, de criação de ideias novas e de criação de novas competências, de novas capacidades para o desenvolvimento do país.

Uma outra dimensão, um outro pilar de competitividade, tem a ver com a densificação do tecido empresarial. O último inquérito feito pelo Instituto Nacional de Estatísticas mostra-nos que houve um crescimento de 2002 a 2008 em mais de 58% de empresas em Cabo Verde. Trata-se de um forte crescimento empresarial, trata-se de criação de protagonistas do processo de crescimento e de construção de factores de competitividade.

Mas, as empresas só se desenvolvem em condições ambientais favorecedoras e, felizmente, temos tomado medidas, no quadro da criação desta nova dinâmica de relacionamento entre o Estado, as empresas e o cidadão, para criar um ambiente contextual favorecedor do crescimento empresarial em Cabo Verde.

Vejam as medidas relacionadas com a regulação, falamos de um Estado regulador, aprovamos as leis de bases da regulação, criamos as agencias reguladoras que estão numa fase de reforço institucional e estamos a formar as competências, as capacidades humanas para que o sistema regulador em Cabo Verde seja efectivamente produtivo. Criamos a Casa do Cidadão que é, efectivamente, uma verdadeira revolução no relacionamento entre o Estado e o

cidadão. A criação de “Empresas no Dia”, os pagamentos electrónicos, as certidões online são exemplos de mudanças profundas no relacionamento entre o Estado e os cidadãos, mas também na criação de novos paradigmas para a Administração Pública cabo-verdiana. Falamos já, não apenas de Governação Electrónica, mas de governação integrada e a Casa do Cidadão é um espaço, por excelência, de integração de serviços públicos para atender de forma mais efectiva, os cidadãos e as empresas.

Estamos a realizar reformas no domínio dos Registos e Notariado, temos o Código de Registo Predial, o novo Código de Registo Predial em Discussão, bem com um novo Código do Notariado também em discussão e em fase de aprovação. Saliento as mudanças que estamos a introduzir a nível dos serviços de Registo e Notariado a nível de todas as ilhas do país e ainda a profunda reforma fiscal em curso que permitiu uma ampla redução da carga fiscal sobre as empresas e as famílias. Poucos os países em anos de crise, que nem o que estamos a viver, realizaram tantas reformas fiscais para favorecer o ambiente contextual das empresas e para proteger o poder de compra das famílias.

Também estamos a realizar uma profunda redução dos custos parafiscais das empresas e temos feito uma gestão macro-económica muito sã e muito prudente para garantir o equilíbrio dos fundamentais da Economia. Conseguimos realizar, de 2001 a 2008, uma redução substancial da dívida pública e, também, realizamos um controlo rigoroso do deficit financiado com endividamento interno. Enquanto o Fundo Monetário Internacional (FMI), nos acordos estabelecidos com Cabo Verde, permitem um endividamento interno entre 20% a 25% do PIB, o nível de endividamento interno é de cerca de 20% neste momento, tendo o Governo de Cabo Verde realizado em 2008, um nível de endividamento público global de 58% do PIB, abaixo dos critérios de Maastricht e abaixo do estabelecido com o FMI.

Precisamente por causa desse controlo efectivo de endividamento interno, o Estado não concorre com o sector privado nacional pelos recursos da economia. E é precisamente por isso que tem havido uma redução substancial das taxas de juros no país. De uma taxa de juros de cerca de 10%, 11%, 12%, 13% e até 14% em 2001, temos uma taxa média de juro, neste momento, de cerca de 5%. Isto quer dizer que as empresas têm acesso a recursos mais baratos no sistema financeiro, acontecendo o mesmo com as famílias.

Pessoas que pagavam as suas prestações de empréstimos para habitação de cerca de 48 mil escudos, pagam hoje cerca de 36 a 37 mil escudos. Um ganho mensal de até 12 mil escudos. São esses ganhos que uma gestão macro-económica que garante o equilíbrio dos fundamentais da economia pode proporcionar.

Portanto, para o crescimento e o desenvolvimento das empresas, para proteger o poder de compra das famílias, o Governo, sempre atento e adentro das sua estratégia de Reforma do Estado, tomou medidas consistentes, diria a Senhora Ministra das Finanças, persistentes, para que pudéssemos hoje ter uma nova dinâmica de relacionamento entre o Estado e o cidadão, entre o Estado e as empresas, mas sobretudo em que as empresas desempenham um papel de motor de crescimento da economia, desempenham um papel de protagonistas fundamentais deste processo e os cidadãos têm todas as liberdades para poderem investir, poderem tomar as melhores decisões e poderem aproveitar as oportunidades que emergem numa dinâmica forte de crescimento e de desenvolvimento do país.

Efectivamente Cabo Verde vem crescendo e desde 2001 a 2008 tivemos uma economia a crescer continuamente e, sobretudo, de 2006 a 2008, tivemos um crescimento da economia em média superior a 7%, e quando a crise económica mundial estourou a economia nacional tinha fundamentos sólidos, com uma inflação sobre controlo, um crescimento são e robusto, o investimento privado estrangeiro e nacional em expansão e um endividamento público em percentagem do PIB em recuo. Esta era a situação do país em 2008.

E, como já fiz referencia no inicio desta minha intervenção, o equilíbrio dos fundamentais da economia e o ambiente favorecedor para o desenvolvimento das empresas têm a ver com medidas que tomamos desde sempre para reforçar a competitividade das empresas, estimular a procura interna, proteger o poder de compra das famílias e reforçar as despesas sociais.

No campo fiscal, por exemplo, realizamos a redução de 30% para 25% para as empresas tributadas segundo o método declarativo, sendo certo que em 2001 estes impostos estavam a 35%. E, reduzimos de 20% para 15% para os pequenos operadores económicos. Também essa taxa era de 35% em 2001, ou seja, de lá para cá reduzimos os impostos em sede do IUR de pessoas

colectivas de 35% para 25% e os impostos dos pequenos operadores na mesma modalidade para 35% para 15%.

Reduzimos os custos para as empresas com a simplificação de actos e procedimentos administrativos. Eu convidaria os senhores empresários para visitarem o Núcleo Operacional Para a Sociedade da Informação (NOSI), para avaliarem o grau de inovação que se está a introduzir na modernização da Administração Pública cabo-verdiana e, sobretudo, na criação de condições para um ambiente contextual favorecedor do desenvolvimento empresarial e da criação da tal nova dinâmica de relacionamento entre o Estado e o cidadão, entre o Estado e as empresas.

Com a crise de meados de 2008, a economia cabo-verdiana continuou a crescer, mesmo que a ritmo mais baixo. A economia deverá crescer em 2009 entre 4,5% e 5% e deverá crescer em 2010 em 5%. Essas taxas de crescimento de 2009 a 2010, no contexto actual de crise internacional são bons e superam as taxas de crescimento mundiais. As economias mais avançadas devem registar um crescimento negativo de 3,8% e a na África Sub-sahariana o crescimento não deve ir além dos 1,5%.

Em 2010, igualmente as economias desenvolvidas têm uma expectativa de crescimento de 0,6%. E o desenvolvimento dessas economias condicionam, sim, o desenvolvimento da economia nacional, precisamente porque é de países da União Europeia em que há, por exemplo, a maior procura em relação ao turismo imobiliário em Cabo Verde.

Mas, estamos a tomar mais medidas para melhorar ainda mais o ambiente de negócios. Anunciamos a eliminação do princípio “ad valorem” aos emolumentos aplicados em actos de registos e notariado. Anunciamos também uma substancial redução de taxas, e vejam que em relação a esta questão, o Governo, em diálogo com os empresários, recebeu propostas da PROMITUR e o Governo pensa ser mais arrojado e ir mais além do que as próprias propostas apresentadas pela PROMITUR.

Fizemos uma profunda reforma do imposto de Selo, eliminamos a dupla tributação e o novo regime de imposto de selo permitiu ganhos às empresas de cerca de um milhão de contos. Continuamos o processo de regularização das dividas fiscais e o Governo está a negociar com as empresas para o

estabelecimento de regimes prestacionais, no sentido da resolução desta questão.

Estamos a prosseguir a renegociação das dívidas de empresas em situação difícil, particularmente as afectadas pela crise. Decidimos, também, a partir da proposta da Associação dos Jovens Empresários Cabo-verdianos, isentar do IUR durante um período de três anos as empresas criadas por jovens.

Estamos a criar condições para facilitar o acesso das pequenas e médias empresas ao financiamento. Para isso, estamos a reestruturar a Sociedade de Desenvolvimento Empresarial em conjunto com o sector privado. Estamos a criar um novo banco orientado fundamentalmente para o financiamento das micro, pequenas e médias empresas, estamos a criar a Sociedade de Garantia Mútua que é um instrumento essencial para o acesso ao crédito, e estamos a criar o “Bureau de Informação de Crédito”.

A proposta de Orçamento do Estado para 2010 contém também importantes medidas para aumentar a procura interna e estimular a dinâmica da economia. Temos medidas orientadas para melhorar o rendimento das famílias como as mudanças nos escalões do IUR, como o aumento das deduções para as despesas com a educação e com a saúde, como a isenção do imposto de selo para os empréstimos para a formação superior, a isenção do imposto de selo para os empréstimos habitacionais de valores até 7 mil contos. Temos também o Programa “Casa Para Todos”.

E temos o programa de investimento público ambicioso de cerca de 31 milhões de contos e que trará ganhos extraordinários, não só para a competitividade das empresas e do país, mas também para o rendimento das famílias cabo-verdianas.

Este encontro é importante para continuarmos este diálogo entre o Governo e o sector privado. Aqui é fundamental construirmos juntos os ganhos. Para um país pequeno como Cabo Verde, construir factores de competitividade exige uma forte parceria entre os poderes públicos e o sector privado. Refiro-me, por exemplo, ao Índice do “Doing Business” e a sua classificação de Cabo Verde. Hoje, fica claro para todos que, mais do que o Governo, muitas das

responsabilidades para criarmos um ambiente favorecedor de negócios, dependem do sector privado.

É por isso que neste momento em que Cabo Verde assume como um desafio ser um dos melhores reformadores no ano de 2010, em termos de “Doing Business”, criamos já um Comité de seguimento que integra o Governo, as câmaras municipais e o sector privado. Há muito, mas muito do Doing Business que tem a ver com as câmaras municipais e com o sector privado.

As câmaras municipais, algumas, estão efectivamente engajadas nesse processo. É claro que tivemos melhorias em 2009. Melhoramos uma posição e avançamos consideravelmente em alguns indicadores, designadamente a constituição de empresa onde subimos 28 posições, ou o pagamento de impostos onde subimos quatro posições, graças às reformas realizadas. Mas, também regredimos em relação ao crédito 19 posições e, em relação à protecção de investidores cinco posições.

Apesar desta melhoria global em 2009, não estamos satisfeitos. Queremos ir muito mais longe, queremos dar saltos qualitativos na melhoria do “Doing Business” de 2010, adoptando soluções estruturantes para fazer negócios em Cabo Verde. O Governo aprovou há um mês um plano para que Cabo Verde seja um dos melhores reformadores em 2010 em termos desse Índice, ontem fizemos a primeira avaliação em sede do Conselho de Ministros, e espero que aqui, hoje, possamos debater as diferentes questões relacionadas com o “Doing Business” e possamos então construir juntos soluções para que Cabo Verde seja considerado, efectivamente, um dos países mais reformadores em 2010.

Aqui há reformas importantes que têm a ver, fundamentalmente, com o licenciamento nas câmaras municipais, licenças para construção, etc., etc., e queremos contar com um forte engajamento das edilidades. Há questões como a criação do “Bureau de Crédito” que deverá contar com forte contributo do sector privado e há outras questões ligadas aos Registos e Notariados, aqui já estamos a tomar medidas, já estamos a fazer as reformas que se impõem.

Queria terminar dizendo-vos que é importante a realização de encontros desta natureza, porque permitem-nos pôr sobre a mesa as questões que dizem respeito ao relacionamento entre o sector privado e o Estado, os cidadãos e o Estado, e sempre dentro da nossa estratégia e no perímetro da visão existente

para o desenvolvimento do país, construirmos juntos as melhores soluções com o concurso de todos. O nosso desejo é sempre o de reforçar o sector privado cabo-verdiano, criando as condições ambientais favorecedoras para o desenvolvimento dessas empresas, é criar cada vez mais espaços de liberdades individuais, para que cada cidadão possa ter liberdade de escolha e possa aproveitar as oportunidades existentes no país, e também criar as condições para reforçar as liberdades económicas, desenvolver a iniciativa privada, criar espaço para o surgimento de empresas para que todos possamos dar o nosso contributo que deve ser forte para o desenvolvimento global de Cabo Verde.

Bom encontro e espero que possamos juntos continuar a construir as soluções para que Cabo Verde continue a ganhar.

Muito obrigado!